

SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE SOCIALISTA NA FRANÇA *

Christian Guy Caubet

A eleição de um presidente socialista na França, em 10 de maio de 1981, gerou reações de intensa emotividade nas capitais do mundo inteiro. Em função das colorações políticas locais, surgiram interrogações, dúvidas, esperanças e ... pesadelos! Com efeito, num momento particularmente crítico das relações internacionais contemporâneas, a mudança qualitativa que ocorreu na França aparece como um transtorno que pode afetar alguns equilíbrios, gerais e/ou locais, já dificilmente mantidos.

A ambição desta comunicação limita-se tão-somente a tentar identificar os elementos que podem ser considerados essenciais, para elaborar uma imagem global da futura política internacional francesa. Uma vez que data de poucos dias a posse do Presidente Mitterrand, ainda não existem documentos oficiais sobre definições de política externa. Todavia algumas declarações ministeriais já fornecem indicações interessantes. Por outro lado, os pronunciamentos anteriores ao dia 10-5-81, também permitem uma boa aproximação do tema, uma vez que emanam de pessoas que se tornaram ministros do novo regime e revelam um alto grau de coesão e coerência dessas pessoas.

Entretanto, duas razões levam a matizar a impressão segundo a qual os discursos poderiam dar uma idéia definitiva sobre o assunto. Em primeiro lugar, exis-

Comunicação apresentada na Conferência "Um Novo Triângulo Atlântico: América Latina, Europa Ocidental e Estados Unidos". Brasília, Junho 1981.

tem algumas notáveis diferenças entre as posições adotadas pela cúpula atual do Parti Socialiste e as do candidato apoiado por este, e dele oriundo. As realidades da política também podem levar a abrandar certas posições. Em segundo lugar, pode-se observar que a América Latina, em si, raramente foi objeto de pronunciamentos específicos dos candidatos à presidência; como, aliás, observou o próprio atual presidente francês em 5 de maio; “Gostaria de ter falado mais no terceiro mundo, gostaria de ter falado na América Central, nos dramas que ocorrem atualmente na Nicarágua, no Salvador; no papel da França, força moral, país de incitação, para entender que, de agora em diante, só há políticas planetárias, no próprio interesse de nossos povos”⁽¹⁾. Para avaliar o mais corretamente possível, as possibilidades de cooperação e/ou de competição entre a França e os Estados Unidos na América Latina, faz-se mister esboçar o quadro de relacionamento até agora vigente, antes de passarmos a evocar os novos parâmetros da política francesa.

I. Análise do quadro atual.

II. As prioridades na política externa da França.

Vista da França, a América Latina aparece como uma área distante, de pouco interesse para a diplomacia prática. Os problemas maiores, os mais evocados durante a campanha eleitoral, dizem respeito ao abastecimento energético francês e europeu, bem como às questões ligadas aos problemas militares. Quanto ao relacionamento com o terceiro mundo, este assunto quase que se esgota com os diversos aspectos - bastante polêmicos - da política africana.

É assim que o Oriente Médio aparece como a área mais sensível para os franceses, uma vez que qualquer ameaça de instabilidade na região pode traduzir-se por verdadeiras catástrofes para a economia do país. Com efeito, a parte do petróleo no consumo total de energia é de 58,6%, enquanto 88,9% do petróleo importado provêm de países da OPEP. (2)

Quando se abordam os aspectos do confronto político entre as grandes potências, as questões que mais preocupam os responsáveis são as da segurança européia. Esta está sendo definida, atualmente, através das discussões que envolvem os mísseis SS-20 soviéticos e Pershing norte-americanos, bem como nos acirrados debates da Conferência de Madrid, sobre a Cooperação e a Segurança na Europa.

Finalmente, as questões do Afeganistão e da Polônia constituem-se em testes importantes, não só para medir as pulsações do imperialismo soviético, mas também para averiguar-se, passadas as eleições, o grau de autonomia real do Parti Socialiste em relação ao Parti Communiste. Este último tópico não é de todo indiferente aos Estados Unidos. Como também não o é a maneira de os franceses encararem a sua própria posição no seio da O.T.A.N. Neste particular devem ser registradas as duras críticas endereçadas à “concepção giscardiana da defesa da França, que expõe a França ao perigo de estar implicada automaticamente num conflito em que ano estariam engajados suas responsabilidades nem seus interesses”. O autor destas declarações acrescentava que considerar a França como uma potência média, como o fizera o presidente anterior, era pôr lenha na fogueira da diplomacia americana. Com efeito, segundo a expressão de H. Kissinger, “só os Estados Unidos têm uma vocação mundial e a Europa apenas uma responsabilidade regional” (3).

I.2. Não é de se estranhar, portanto, a importância secundária outorgada à América Latina. Com efeito, em termos de intercâmbio comercial, a A.L. e os Caribes apenas representaram, em 1979, 16 bilhões de US\$, num total de 445 em que somaram as exportações da CEE, e 14,3 dos 440,5 bilhões de US\$ de suas importações (4).

Como sublinha um relatório recentemente publicado em comum por quatro institutos de pesquisa em relações internacionais, e dedicado à segurança do Ocidente, “A América Central e os Caribes, por exemplo, são de crucial importância para os americanos, por razões geográficas, enquanto que, para a maioria dos europeus, essa área só tem uma importância muito relativa” (5). Esta é a única alusão à América Latina que se encontra nas doze páginas de texto exclusivamente delicadas aos “Problemas de segurança no Terceiro Mundo”.

II. Contudo, e apesar das reduzidas dimensões públicas dadas ao relacionamento com a A.L., o Parti Socialiste já tinha posições definidas no que tange à análise das relações com o terceiro mundo. Ele abordou o problema não só através de estudos por países, mas igualmente posicionando-se sobre problemas globais: papel das instituições financeiras internacionais, estabilização dos preços das matérias primas, transferência de tecnologia, etc...

II.1 A leitura das propostas do P.S. sobre esses problemas evidencia muitas vezes uma grande distância em relação às opções fundamentais da

administração Reagan. Exemplos: 1) sobre o sistema monetário internacional afirma o P.S.: “A desordem monetária corresponde de fato, muito diretamente, aos interesses americanos: o fim de toda disciplina permite aos Estados Unidos de fazer a taxa do dólar variar em função dos interesses de sua política interna⁽⁶⁾. 2) A França deverá obrar particularmente para que seja questionada” (...) a hegemonia exercida pelo imperialismo americano sobre certas instituições (F.M.I., Banco Mundial, GATT, etc. . .)⁽⁷⁾.

Claro está que os postulados fundamentais da ação econômica e política divergem radicalmente, e levam a decisões opostas. Podemos exemplificar com uma decisão bastante significativa. A França pretende afetar O,70% de seu P.N.B. à ajuda para o desenvolvimento do terceiro mundo, sem incluir nesta proporção o auxílio financeiro concedido a seus próprios territórios ultramarinos - que representa atualmente 44% da ajuda francesa ao “terceiro mundo. E é justamente agora que a administração Reagan decidiu reduzir suas despesas públicas para a ajuda aos países em desenvolvimento. Ora, com O,27% do P.N.B, a ajuda pública norte-americana já era sensivelmente inferior à média dos países ocidentais (O,35% do P.N.B.)⁽⁸⁾. À vontade de acabar com as políticas assistenciais, globalmente recusadas pelos Estados Unidos, a França pretende opôr a “obrigação moral” de desenvolver a ajuda. Diversas autoridades francesas já sublinharam que essa política não é apenas o resultado de uma consideração ética, mas corresponde ao próprio interesse do mundo desenvolvido.

II.2. A análise socialista da situação.

“Ajudar os países do terceiro mundo a desenvolverem-se não é apenas um dever moral, é também o nosso interesse e o meio de sair da crise”⁽⁹⁾ Mas como conseguir implementar uma política a partir dessas premissas?

Claude Cheysson, especialista das relações com o terceiro mundo, já analisara a situação e preconizara orientações⁽¹⁰⁾. Notava ele, por exemplo, que um bilhão de Francos de produtos siderúrgicos representam o emprego de cinco mil trabalhadores durante um ano; que o terceiro mundo absorve cerca de 40% das exportações da CEE, com uma maioria de produtos manufaturados e agrícolas; que a terça parte dos equipamentos eletrotécnicos produzidos na França destina-se aos países em desenvolvimento.

Existe uma exigência de um “New Deal planetário”, para outorgar a centenas de milhões de homens, o direito ao desenvolvimento e ao consumo.

Convém frisar, novamente, que as dificuldades não podem ser negadas. Claude Cheysson evoca os meios para realizar essa política: “O New Deai planetário só é aceitável se o poder público assumir plenamente suas responsabilidades na reestruturação dos setores afetados. Isso exige um instrumento eficaz de planejamento e orientação econômica. Isso inclui um concerto constante com os operadores, mas também e sobretudo com os sindicatos. Implica na utilização, em prol de setores e regiões atingidos, de parte dos lucros que resultam da expansão criada por esta política. O raciocínio vale em nível europeu (...) como nacional. Ainda é preciso que a vontade exista, o que não é o caso hoje... pelo menos em Bruxelas”⁽¹¹⁾.

Diversas razões levam a acreditar que também não deve ser o caso em Washington, onde palavras como “planejamento, concerto com os sindicatos, afetação sistemática dos lucros”, não deveriam despertar muito entusiasmo. A essas intenções, o Ministro das Relações Exteriores francês acrescentou que parece necessário fazer outros esforços para integrar” (...) a economia do terceiro mundo na economia mundial. “Trata-se de tornar seguros os mercados, bem como as condições de acesso à tecnologia e aos capitais”⁽¹²⁾.

Nessas condições, as possibilidades de compatibilizar as posições parecem um pouco remotas.

III. O futuro das relações.

Um outro fator parece dever complicar ainda o entendimento de certas situações específicas. Com efeito, na medida em que algumas áreas geográficas não podem gerar dificuldades particulares, no plano econômico, para o presidente francês, isso deveria aumentar sua autonomia no plano meramente político. Esta poderia ser a situação, por exemplo, no caso do Salvador.

Este país tem valor de exemplo, para o P.S. francês, bem como para os membros da Internacional Socialista em geral. A vontade de apoiar os movimentos que querem se livrar dos regimes ditatoriais pode levar a atritos com os Estados Unidos, sobretudo se forem radicalizadas as percepções e análises dos problemas. O caso do aeroporto de Granada é exemplar, uma vez que os Estados Unidos já pressionaram seus aliados europeus para que estes renunciassem a financiar o projeto de modernização do aeroporto, a fim de permitir-lhe o pouso de jatos. A inquietação norte-americana era de ordem estratégica: não deixar que os aviões de transporte cubanos pudessem fazer escala em Granada, rumo à África. Mas a comissão européia apoia o projeto,

que deve contribuir significativamente para desenvolver o turismo na ilha. E este é o único meio de aumentar as rendas de Granada.

O exemplo de Granada serve apenas para demonstrar que a “subversão” não pode ser a única chave de entendimento de um jogo internacional raramente caracterizado pela “transparência”. Algumas declarações francesas, posteriores às eleições presidenciais, já deram certas garantias aos Estados Unidos, notadamente no que tange à perenidade do atlantismo, à firmeza em relação aos problemas dos SS.20, da Polônia e do Afeganistão, e à recusa do neutralismo.

A curto prazo, não faltarão reuniões e conferências internacionais, nas quais ficarão mais nítidos os contornos da ação diplomática francesa. As datas mais importantes: conferência dos sete grandes países industrializados ocidentais em Ottawa (20121 de julho); conferência das Nações Unidas sobre os países menos adiantados (I-14/9, Paris); Encontro de Cúpula Norte-Sul em Cancun, México, 22 e 23/10...

É provável que, em todos esses encontros, fique evidenciada a inexistência da preocupação francesa em relação a um triângulo atlântico USA-AL Europa do Oeste. Para os novos dirigentes franceses, o terceiro vértice do triângulo não é apenas a América Latina, e sim o terceiro mundo; independentemente da vontade de afirmar relações privilegiadas com alguns membros da A.L., como comprova a recente visita do irmão e enviado do presidente francês ao Brasil.

Esta seria uma maneira de insistir sobre a autonomia que se pretende alcançar em relação aos Estados Unidos, cujas opiniões e políticas muitas vezes despertam dúvidas e reservas, ou até reprovação, no vértice europeu do triângulo. A nova equipe, na França, está pronta para dialogar, apoiando, por exemplo, uma solução política negociada, entre todas as partes, no Salvador. Mas os Estados Unidos também deverão abandonar certas análises radicais, sob pena de não poder-se mais falar em problemas de cooperação ou competição, mas constatar-se uma verdadeira incomunicabilidade entre França e Estados Unidos; o que não pode ser desejado por nenhum dos dois países.

Toulouse, 5 de junho de 1981.

Christian Guy Caubet

NOTAS

- 1 - Debate televisado de 5/5/1981, entre os dois candidatos de segundo turno. Vide texto completo do debate in: *Le Monde*, 6/5/1981.
- 2 - Dados de 1978. Vide Relatório RAMSES, p. 262.
- 3 - CHEVÈNEMENT, Jean-Pierre. Le pourrissement de la doctrine militaire. In: *Le Monde*. 5/5/1981. p. 10. Na ocasião deputado do Território de Belfort, JP Chevènement é hoje Ministro de Estado (Ministério da Pesquisa e Tecnologia).
- 4 - Vide RAMSES, p. 263
- 5 - IFRI. La sécurité de l'Occident: bilan et orientations. pp 57-8.
- 6 - Vide Argumentaire, p. B.1.155.
- 7 - Idem, p. 6. 1.156. Verso.
- 8 - *Le Monde*, edição de 31.5/1.6/1981, p.13.
- 9 - Gaston Deferre, então deputado P.S. e prefeito de Marseile. Hoje Ministro de Estado (Ministério de Interior e Descentralização).
- 10 - C. Cheysson era membro da Comissão Européia. Hoje é Ministro das Relações Exteriores.
- 11 - Vide *Le Monde*, 30/4/1981, p. 15.
- 12 - Entrevista do *Le Monde*, 28/5/1981, pp. 1, 6 e 7.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Argumentaire. Campagne pour les élections présidentielles 1981. Editado pelo Parti Socialiste. 10, rue de Solferino. 75007 Paris, ± 500 p.
- CHEVENEMENT, Jean-Pierre. Le pourrissement de la doctrine militaire. In: *Le Monde*, 5-5-81, p 10.
- CHEYSSON, Claude. Un "New Deal" planétaire. In: *Le Monde*. 30-4-1981 pp. 1 e 15.
- DEFERRE, Gaston. Un vaste dessein pour la France. In: *Le Monde*, 7-5-1981, p.7.
- FONTAINE, André. L'Amérique et l'Europe: une nouvelle donne? In: *Le Monde*. 5-6-1981. pp. 1 e 6.
- FRANÇAIS, Ariel. Le Brésil et les grands pôles économiques du Nord. In: *Economie perspective internationale*. Oct. 1980, n° 4, pp. 49-94.
- HERMET, Guy. Amérique Centrale et zone caraibe: espoir ou cat'aclysmes? In: *Politique étrangère* 46 (1): 65-73. Mars 1981.

- Institut Français des Relations Internationales. *La sécurité de l'Occident: bilan et orientations*. Paris, IFRI, 1981. 82 p.
- RAMSES 1981: Rapport Annuel Mondial sur le Système Economique et les Stratégies. Coopération OU guerre économique. Paris, Editions Economique, 1981, 298 p.
- SCHLOSSER, François, et alii. Le Monde qui attend Mitterrand. In: *Le Nouvel Observateur*. Paris, n° 862, 18-24/5/1981. pp. 55-59.
- SIMONET, Henri. Les puissances moyennes et la crise internationale. In: *Politique Etrangère*. 46(1): 35-42. Mars 1981.
- JOSPIN, Lionel. Politique extérieure française: le point de vue des socialistes. In: *Politique Internationale*. N° 10, Niver 1980/1981, p. 203-11.
- GILHODES Pierre. Les relations entre les Etats Unis et l'Amérique Latine (1960-1980). Mise au point factuelle. In: *Relations Internationales*, n° 23, automne, 1980, p. 223-49.
- MARTINIERE, Guy. Le nouveau dialogue Amérique Latine - Afrique, fondement des relations Sud-Sud. In: *Relations Internationales*, n° 23, automne 1980, p. 313-40.